

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: 69

Data: 14/06/79 Pg.: \_\_\_\_\_

333 - 01234

**Funai desconhece a ameaça no Maranhão**

Do correspondente em  
SAO LUÍS

O delegado da Funai no Maranhão, major Alípio Levay, disse ontem que não teve nenhuma informação sobre a carta enviada pelos índios guajajaras à presidência do órgão, dando prazo até o fim deste mês para que os colonos brancos sejam retirados de suas terras, no município de Barra do Corda, sob pena de recorrerem à guerra para expulsá-los.

Levay afirmou que ninguém lhe falou da existência das cartas e que não leu os jornais que noticiaram o fato na semana passada. Por isso, não tomará nenhuma providência, até que receba instruções de Brasília.

Os guajajaras ressaltam que a Funai será responsável pelas mortes que ocorrerem e ameaçam levar os sobreviventes da guerra até Brasília, "para que morram no gabinete do presidente". Criticam a entidade por não ter cumprido as reiteradas promessas de uma breve solução para o problema das invasões e comunicam que o conselho tribal dos guajajaras decidiu que "este ano haverá mais invasões, e muitas mortes".

A advertência, porém, foi levada a sério por órgãos como o Conselho Indigenista Missionário, a Comissão Pastoral da Terra e a Comissão Pró-Índio do Maranhão. Eles baseiam seus temores não apenas no tom decidido da carta dos índios, mas, também no precedente de 1976, quando os guajajaras, depois de advertirem a Funai, incendiaram um povoado dos brancos, matando duas pessoas. E a situação atual é mais grave que a de 76, pois existem hoje quatro enclaves brancos nos territórios indígenas de Barra do Corda.

Tanto os órgãos da Igreja, quanto a Funai e o governo do Estado esperam que a solução para o problema seja dada pelo Inca, mas ontem o coordenador regional do órgão, Joaquim Itapary, afastou qualquer possibilidade de que isso ocorra. Explicou que, na região do Barra do Corda, o Inca só possui as terras de um projeto integrado de colonização, já completamente loteado entre pequenos e médios agricultores. Só o governo do Estado, disse, poderá encontrar uma saída.